

Liberalismo, intervencionismo ou neoliberalismo: qual a realidade constitucional brasileira?

Renato Souza Oliveira Junior¹

Advogado da União. Coordenador-Geral de Direito Administrativo no Ministério das Relações Exteriores. Mestre em Direito e Políticas Públicas e Especialista em Direito Tributário.

Resumo: O presente artigo trata das principais concepções econômicas, quais sejam: liberalismo, intervencionismo e neoliberalismo e, nesta perspectiva, buscar identificar em qual destas concepções se insere o Estado brasileiro pós-88.

Palavras-chave: Liberalismo. Intervencionismo. Neoliberalismo. Estado Social.

Sumário: 1 Introdução – 2 O vínculo entre o Estado e a concepção econômica – 3 O liberalismo: aspectos políticos e econômicos e as funções do Estado – 4 O intervencionismo estatal – As premissas do Estado do bem-estar social – 5 O “Consenso de Washington” – A concepção neoliberal e suas consequências sociais – 6 A realidade constitucional brasileira – A posição do Estado frente à economia – 7 Conclusão – Referências

1 Introdução

Há três concepções econômicas básicas e elas estão diretamente relacionadas à noção de Estado. Neste artigo apresentaremos as ideias que norteiam o liberalismo clássico, surgido com as revoluções liberais dos séculos XVII e XVIII, o intervencionismo keynesiano, no qual houve uma proposta de nova postura do Estado frente à economia e, por fim, o neoliberalismo, concepção econômica surgida como contraposição à concepção anterior e que logrou rápida expansão e aceitação entre diversos países. Ao final responderemos à pergunta: Qual a realidade constitucional brasileira?

Focaremos nossa abordagem na realidade “constitucional”, não só porque a Constituição é, no sentido material, “o conjunto de normas pertinentes à organização do poder, à distribuição da competência, ao exercício da autoridade, à forma de governo, aos direitos da pessoa humana, tanto individuais como sociais”² ou, simplesmente porque,

¹ E-mail: <renatooliveirajr@hotmail.com>.

² BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 80.

no conceito jurídico kelseniano, corresponde à “organização jurídica fundamental”,³ mas, sobretudo, em razão de a realidade (prática) político-econômica brasileira dos anos 90 ter seguido diretrizes estranhas às propugnadas pela Constituição Federal de 1988.⁴

Nesta perspectiva dividiremos nossa abordagem em seis tópicos: o primeiro fazendo referência ao vínculo entre o Estado e a concepção econômica; o segundo tratando do liberalismo clássico; o terceiro do intervencionismo; o quarto do neoliberalismo e suas consequências sociais; o quinto da realidade constitucional brasileira e, por último, a conclusão, na qual se apresentará a resposta à questão inicial.

2 O vínculo entre o Estado e a concepção econômica

Partiremos das lições de Karl Marx, para o qual as formas de Estado não podem ser compreendidas desgarradas das condições materiais de sua existência, compreendidas estas pela designação hegeliana de “sociedade civil”. Por “outro lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política”.⁵ Assim, para Marx,

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.⁶

O Estado é uma das superestruturas jurídicas e políticas que se eleva sobre a sociedade, a qual é determinada pelas forças de produção que, em seu conjunto, formatam a estrutura econômica desta mesma sociedade. Daí a relação entre o Estado e dada ideologia econômica: o Estado seria construído a partir desta.

³ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 11.

⁴ Em tal período adotou-se diretrizes neoliberais, como desregulamentação da economia, ajustes fiscais, privatizações (não devemos esquecer o Programa Nacional de Desestatização – PND), redução dos gastos públicos (Estado mínimo) etc. (Cf. GARCIA DE BRITO; MENDES, 2004).

⁵ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 24.

⁶ *Ibidem*.

3 O liberalismo: aspectos políticos e econômicos e as funções do Estado

Nesta perspectiva o liberalismo surgiu como ideologia para as revoluções anti-absolutistas que ocorreram na Europa aos longos dos séculos XVII e XVIII, e na luta pela independência dos Estados Unidos, correspondendo aos anseios do poder da burguesia que consolidava sua força econômica, frente a uma aristocracia decadente. A transformação da base econômica viria alterar, “mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura”.⁷

De acordo com Schmitt a ideia fundamental da liberdade burguesa apresentava dois princípios: a) *de distribuição*, pelo qual a liberdade do indivíduo seria anterior ao Estado e, em regra, ilimitada, restando a limitação pelo Estado como exceção; e b) *de organização*, com o fito de possibilitar materializar o princípio da distribuição por meio da repartição do poder do Estado em um sistema de competências circunscritas. O primeiro estaria representado pelas garantias e liberdades individuais e o segundo, por sua vez, no princípio da separação de poderes.⁸

Na formatação da organização política do Estado Liberal, atribui-se a Montesquieu a concepção da teoria da separação de poderes em três: Executivo, Legislativo e Judiciário.⁹ O modelo é fundado na *liberdade política* que só restaria presente numa Constituição se houvesse uma separação das funções legislativas e executivas, pois senão se poderia temer que o monarca ou senado edite leis tirânicas e as execute de forma igualmente tirânica. Da mesma forma, dever-se-ia separar destes a função de julgar, sob pena de termos um juiz arbitrário ou um juiz opressor.¹⁰

Este modelo, tinha “la finalidad de su división de las distintas ramas de la actividad del Estado consiste en que un Poder frene a los otros. *Le pouvoir arrête le pouvoir*. De este modo a alcanzarse un equilibrio, un contra-balanceo”.¹¹

Já no aspecto econômico, coube a Adam Smith e aos fisiocratas a definição dos parâmetros liberais. Os fenômenos econômicos seriam

⁷ *Ibidem*, p. 25.

⁸ SCHMITT, Carl. *Teoría de la Constitución*. Versão espanhola de Francisco Ayala. Madrid: Alianza, 2006. p. 138-139.

⁹ MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. Tradução de Cristina Muracho. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 165-178.

¹⁰ *Ibidem*, p. 168.

¹¹ Cf. SCHMITT, *op. cit.*, p. 188.

tidos como manifestações de uma ordem natural a eles subjacente, a qual requereria, para sua operação eficiente, a maior liberdade individual possível na esfera das relações econômicas. Para Smith,

O esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição, quando se permite que ele atue com liberdade e segurança, constitui um princípio tão poderoso que, por si só, e sem qualquer outra ajuda, não somente é capaz de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, como também de superar uma centena de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas com excessiva freqüência obstrui seu exercício, embora não se possa negar que o efeito desses obstáculos seja sempre interferir, em grau maior ou menor, na sua liberdade ou diminuir sua segurança.¹²

O intervencionismo estatal, através de “estímulos extraordinários”, ao revés de favorecer a sociedade, em verdade, retardava o seu desenvolvimento econômico, mas, uma vez eliminados tais estímulos,

impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. O soberano fica totalmente desonerado de um dever que, se ele tentar cumprir, sempre o deverá expor a inúmeras decepções e para essa obrigação não haveria jamais sabedoria ou conhecimento humano que bastassem: a obrigação de superintender a atividade das pessoas particulares e de orientá-las para as ocupações mais condizentes com o interesse da sociedade.¹³

Ao Estado, na teoria de Smith,¹⁴ caberiam apenas três funções: *segurança externa*, “o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes”; *segurança interna*, “o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro da mesma, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata”; e *intervenção em setores desinteressantes à iniciativa privada*, criando e mantendo “certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter”.

¹² SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultura, 1996. v. 2, p. 44.

¹³ *Ibidem*, p. 169-170.

¹⁴ *Ibidem*.

O liberalismo, dessa forma, introduz na consciência europeia o primeiro fundamento do Estado Moderno que passa a ser visto, ideologicamente, como o domínio da concepção econômica do *laissez faire*, *laissez aller*, *laissez passer*.¹⁵ Os economistas liberais enunciam que a única salvação econômica seria a abertura total dos mercados e das fronteiras, sendo seguidos “docilmente” pelos diversos governos como se fora uma espécie de verdade absoluta”.¹⁶

4 O intervencionismo estatal – As premissas do Estado do bem-estar social

O domínio do Estado pela burguesia apesar de garantir o desenvolvimento econômico e o processo de industrialização ao longo do século XX provocou o agravamento dos problemas sociais, permitindo o surgimento de amplos setores que reclamavam melhores condições de vida para a sociedade como um todo. Ademais, o liberalismo já não oferecia saídas à grande crise econômica do início da década de 1930.

Norberto Bobbio ensina que a crise do liberalismo provocou a gênese do Estado intervencionista, cada vez mais envolvido no financiamento e na administração de programas de seguro social, fazendo emergir as formas singulares de política econômica que modificaram a fisionomia capitalista do Estado contemporâneo.¹⁷

Ante a transformação da realidade econômica e da insuficiência do modelo de Estado Liberal para atender os anseios sociais, o constitucionalismo ocidental foi reformulado, estabelecendo normas capazes de regular o novo fenômeno do intervencionismo estatal no mercado capitalista, por meio da previsão constitucional de um conjunto de normas e princípios jurídicos voltado para a relação entre o Estado e os agentes econômicos, através da denominada “ordem econômica”. Nesta seara, coube a John Maynard Keynes a fundamentação teórica do intervencionismo estatal, não se deixando à “mão invisível” de Smith a função de garantir a persecução da igualdade material e à superação da grande depressão de 1929.

¹⁵ Cujo significado literal é “deixai fazer, deixai ir, deixar passar”.

¹⁶ AKTOUF, Omar. *Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome da avestruz*. São Paulo: Atlas, 2004. p. 45.

¹⁷ BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: UnB, 1998. p. 403.

Para Keynes, um Estado intervencionista é um requisito essencial ao bom funcionamento dos mercados ao estimular novos investimentos e, assim, garantir o bem-estar da nação.¹⁸ Ampliando as funções do Estado, entende que a ação deste através da política econômica, ao contrário do propugnado pela concepção liberal clássica, é um ingrediente básico para o bom funcionamento do próprio sistema capitalista e para a manutenção da liberdade individual.

Por isso, enquanto a ampliação das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo para investir, poderia parecer a um publicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, eu a defendo, ao contrário, como o único meio exeqüível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual.¹⁹

5 O “Consenso de Washington” – A concepção neoliberal e suas consequências sociais

Todavia esta corrente de pensamento econômico — keynesianismo — veio a sofrer fortes críticas de Friedrich Hayek, que deu origem ao movimento neoliberal a partir da obra *O caminho da servidão*, de 1944. Esta era uma contraposição ao Partido Trabalhista inglês quando das eleições de 1945, um manifesto contra a concepção intervencionista de Estado, sob o argumento de que

o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado do bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos.²⁰

Em 1973, com a crise do modelo econômico do pós-guerra, os neoliberais afirmavam que as raízes da crise

estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que haviam corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários

¹⁸ KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultura, 1996. p. 310-311.

¹⁹ *Ibidem*, p. 347.

²⁰ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 10.

e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.²¹

Essas ideias ganharam terreno, tornando-se a concepção hegemônica e recebendo a denominação de “Consenso de Washington”,

por ter sido em Washington, em meados da década de oitenta, que ele foi subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia.²²

Pode-se, em síntese, citar três políticas-chaves da concepção neoliberal: (i) estabilidade monetária, por meio, inclusive, da contenção dos gastos com prestações sociais estatais; (ii) restauração de certa dose de desemprego, com a criação de um exército reserva de trabalho, a fim de, também, propiciar o enfraquecimento dos sindicatos; e (iii) reformas fiscais, buscando incentivar os agentes econômicos, mas voltadas para a desoneração da renda.²³

Roberto Campos, nesta linha, procura derrubar todas as concepções relacionadas ao Estado Social, ao intervencionismo e ao dirigismo econômico, sobretudo quanto à política industrial estatal, à estatização, aos altos encargos trabalhistas, à falta de liberdade empresarial, ao inadequado nível de investimentos, à elevada sindicalização e, inclusive, à própria Constituição Federal de 1988. Defende que é equivocada a ideia do Estado Liberal sobre a economia de mercado. A verdadeira essência do liberalismo seria a “maximização da liberdade individual” sem deixar de propugnar “os deveres fundamentais de humanidade e solidariedade em relação àqueles que não têm como defender-se, ou que foram tocados pela desgraça”.²⁴ Para o economista,

O capitalismo será tanto mais humano quanto mais alta sua taxa de empregabilidade, porque o desempregado não sofre apenas de angústia financeira, mas de perda de auto-estima. Com uma taxa de desemprego que é hoje

²¹ *Ibidem*.

²² SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 27.

²³ ANDERSON, *op. cit.*, p. 11.

²⁴ CAMPOS, Roberto. *Menos Estado e mais mercado*. Disponível em: <http://pensadoresbrasil.org.br/home.comcast.net/~pensadoresbrasil.org.br/RobertoCampos/menos_estado_e_mais_mercado.htm>. Acesso em: 21 jul. 2009.

menos da metade da européia, o liberalismo americano contribui mais para a dignidade humana do que o dirigismo europeu com seu aparato assistencialista.²⁵

Ademais, rebate as críticas específicas direcionadas ao modelo neoliberal de mercado no Brasil, especialmente sobre a proliferação da pobreza e a exclusão social, aduzindo que

É difícil encontrar-se alguém minimamente informado que não saiba que a principal causa do travamento do nosso desenvolvimento econômico, nas “décadas perdidas” (já são duas, agora), são os desequilíbrios atuais e potenciais das contas públicas.²⁶

Omar Aktouf, em contraposição, entende que

O neoliberalismo, antes de impor sua lei a quase todos os países do planeta por meio das instituições econômicas internacionais, inspirou um número sempre crescente de políticos no Ocidente e destruiu a idéia de solidariedade — e de responsabilidade — social que esteve nas bases das democracias ocidentais há muito tempo.²⁷

Na mesma seara, Perry Anderson, após análise da aplicação prática do consenso neoliberal, conclui que

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se as suas normas.²⁸

Há ainda que se ressaltar as lições de Boaventura de Sousa Santos, o qual, da mesma forma, ensina que, com o objetivo de reduzir o impacto da inflação sobre os aumentos salariais,

²⁵ CAMPOS, Roberto. *Hip, hip, hurrah. ... para o capitalismo liberal*. Disponível em: <http://pensadoresbrasil.comcast.net/~pensadoresbrasil.comcast.net/RobertoCampos/hip_hip_hurrah_para_o_capitalismo_liberal.htm>. Acesso em: 21 jul. 2009.

²⁶ CAMPOS, Roberto. A crise do Estado e a economia. *Folha de S.Paulo*, 18 jul. 1999.

²⁷ AKTOUF, *op. cit.*, p. 55.

²⁸ ANDERSON, *op. cit.*, p. 23.

No domínio da globalização social, o consenso neoliberal é o de que o crescimento e a estabilidade econômicos assentam na redução dos custos salariais, para o que é necessário liberalizar o mercado de trabalho, reduzindo os direitos liberais, proibindo a indexação dos salários aos ganhos de produtividade e os ajustamentos em relação ao custo de vida e eliminando a prazo a legislação sobre salário mínimo.²⁹

Isto implicaria, para o autor, na dessocialização da economia, “o conceito de consumidor substitui o de cidadão e o critério de inclusão deixa de ser o direito para passar a ser a solvência”.³⁰ Relata que, na visão neoliberal, a exclusão social seria uma consequência inevitável do crescimento econômico e da competitividade em nível global, que deveria ser “minorada” (e não eliminada!), de preferência por medidas compensatórias.³¹ E conclui: “A nova pobreza da globalização não resulta de falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial”.³²

Os Estados Unidos da América, fiéis propagadores da concepção neoliberal, apesar de serem a economia mais avançada do mundo, também são o país que tem tido um aumento substancial na desigualdade social, polarização, pobreza e miséria. Manuel Castells considera que, embora os EUA tenham peculiaridades que lhes são próprias, tais mudanças, nesse país, podem representar uma antecipação de uma nova realidade mundial, sobretudo em razão do compartilhamento da ideologia de desregulamentação do mercado e flexibilidade administrativa e, ainda mais, porque a economia, atualmente, está em constante globalização, com a crescente integração dos capitais, mercados e empresas.³³

A questão é, uma vez que a pobreza se transforma em miséria e exclusão social — ou seja, quando se vai parar nas ruas — o estigma se instaura, e a destruição da personalidade e das redes sociais só agrava o sofrimento.³⁴

²⁹ SANTOS, *op.cit.*, p. 34-35.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*, p. 35.

³³ CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 155.

³⁴ *Ibidem*, p. 164.

6 A realidade constitucional brasileira – A posição do Estado frente à economia

O Estado brasileiro consagrado na Constituição de 1988 não é um Estado Liberal, mas um Estado Social e democrático. Mesmo conservando aspectos políticos institucionais do Estado Liberal³⁵ e da ordem econômica capitalista,³⁶ está municiado de diversos institutos sociais com o fim de realizar a justiça social. Na linha do constitucionalismo ocidental reformulador do papel do Estado na economia — Estado intervencionista —, a Constituição de 1988 disciplinou no seu Título VII (arts. 170 e ss.) a ordem econômica, fundada “na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa”, tendo “por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios” (art. 170):

- I. soberania nacional;
- II. propriedade privada;
- III. função social da propriedade;
- IV. livre concorrência;
- V. defesa do consumidor;
- VI. defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- VII. redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII. busca do pleno emprego;
- IX. tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Se necessário “aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo” (art. 173, *caput*, da CF/88), o próprio Estado atuará na ordem econômica. Assim, os modelos econômicos liberal ou neoliberal não são os modelos propugnados pela Constituição de 1988, a qual *não* consagrou um modelo de democracia liberal pelo qual, segundo Sousa Santos, dá-se

³⁵ A exemplo do sistema de governo presidencial, com nítida separação de poderes.

³⁶ Como a livre iniciativa, a propriedade privada, a livre concorrência e a atuação direta do Estado na economia somente se “necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo” (art. 173, *caput*, da CF/88).

forma política ao Estado fraco, mais uma vez recorrendo à teoria política liberal que particularmente nos seus primórdios defendera a convergência necessária entre liberdade política e liberdade económica, as eleições livres e os mercados livres como os dois lados da mesma moeda: o bem comum obtível através das acções de indivíduos utilitaristas envolvidos em trocas competitivas como o mínimo de interferência estatal.³⁷

O Estado brasileiro do pós-88 é Estado Social, tipo de Estado democrático e pluralista, fundado no sufrágio universal, na liberdade de associação e na abertura para a política social através do intervencionismo estatal, “o sistema político e o sistema económico-social não são autónomos e autorregulados, mas assumidamente interagem, influenciando um sobre o outro”.³⁸

A nossa Lei Maior é uma constituição dirigente, “enquanto define fins e programas de ação futura no sentido de uma orientação social democrática”.³⁹ A “ordem económica na Constituição de 1988... postula um modelo de bem-estar”,⁴⁰ ao consagrar um modelo de ordem socioeconómica fundada na dignidade da pessoa humana. Há que se notar que em seus arts. 1º, III, e 170, *caput*, o *princípio da dignidade da pessoa humana* assume dupla posição: como fundamento da República brasileira e como fim da ordem económica. Para Eros Roberto Grau,

Tal significa, por um lado, que o Brasil — República Federativa do Brasil — define-se como entidade política constitucional organizada, tal como a constitui o texto de 1988, enquanto assegurada, ao lado da soberania, da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político, a dignidade da pessoa humana. Por outro lado, significa que a *ordem económica* mencionada pelo art. 170, *caput* do texto constitucional — isto é, mundo do ser, relações económicas ou atividade económica (em sentido amplo) — *deve ser* dinamizada tendo em vista a promoção da existência digna de que todos devem gozar.⁴¹

³⁷ SANTOS, *op. cit.*, p. 42.

³⁸ SOUZA JÚNIOR, Cezar Saldanha. *Consenso e tipos de Estado no ocidente*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002. p. 75.

³⁹ SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 7. ed. 2. tiragem. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 136-137.

⁴⁰ GRAU, Eros Roberto. *A ordem económica na Constituição de 1988*. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 314.

⁴¹ GRAU, *op. cit.*, p. 196.

Grau ainda salienta que

Esta, a configuração peculiar assumida pela ordem econômica na Constituição de 1988, afetada por regime informado por definida *atuação estatal em relação ao processo econômico* — não apenas *intervencionismo*, pois, projetado como missão estatal.⁴²

O Estado brasileiro, como Estado Social e democrático, deve buscar uma justiça social. José Afonso da Silva leciona que “um regime democrático de justiça social não aceita as profundas desigualdades, a pobreza e a miséria”, por isto que “a Constituição de 1988 é mais incisiva no conceber a ordem econômica sujeita aos ditames da justiça social para o fim de assegurar a todos a existência digna”.⁴³

7 Conclusão

Agora nos resta responder o problema inicialmente proposto: Qual a realidade constitucional brasileira?

Pelo que foi exposto, parece claro que a Constituição de 1988 consagrou um Estado Social e democrático, no qual a ordem econômica é fundada na dignidade da pessoa humana e, assim, na busca da justiça social. O Estado brasileiro pós-88 é intervencionista!

Malgrado conserve aspectos da economia de mercado, a Assembleia Constituinte de 1988 preferiu não permitir ao Estado brasileiro, que estava sendo fundado com a nova Constituição, omitir-se nas esferas econômica e social. Salientando as lições de Eros Grau, a atuação do Estado na economia é uma missão. Deixar ao mercado autorregulado a função de, por si, satisfazer a justiça social, além de configurar flagrante contradição à Carta Cidadã de 1988, consiste em subversão das condições materiais de existência do próprio Estado brasileiro, ao se dar primazia aos interesses de grupos organizados, minoritários e dominantes, ao revés, da maioria populacional, desorganizada e carente da presença estatal em sua vida cotidiana.

Abstract: This article is about the principal economic conceptions, which are: liberalism, interventionism and neo-liberalism and, in this perspective, try to identify in which of these conceptions the after-88 Brazilian State inserts itself.

Key words: Liberalism. Interventionism. Neo-liberalism. Welfare State.

⁴² GRAU, *op. cit.*, p. 314.

⁴³ *Ibidem*, p. 141.

Referências

- AKTOUE, Omar. *Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome da avestruz*. São Paulo: Atlas, 2004.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: UnB, 1998.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- CAMPOS, Roberto. A crise do Estado e a economia. *Folha de S.Paulo*, 18 jul. 1999.
- CAMPOS, Roberto. *Hip, hip, hurrah. ... para o capitalismo liberal*. Disponível em: <http://pensadoresbrasil.comcast.net/~pensadoresbrasil/RobertoCampos/hip_hip_hurrah_para_o_capitalismo_liberal.htm>. Acesso em: 21 jul. 2009.
- CAMPOS, Roberto. *Menos Estado e mais mercado*. Disponível em: <http://pensadoresbrasil.comcast.net/~pensadoresbrasil/RobertoCampos/menos_estado_e_mais_mercado.htm>. Acesso em: 21 jul. 2009.
- CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- GARCIA DE BRITO, Érico Henrique; MENDES, Áquilas e. Os impasses da política econômica brasileira nos anos 90. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, v. 2, n. 4, jan. 2004.
- GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2006.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultura, 1996.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. Tradução de Cristina Muracho. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SCHMITT, Carl. *Teoría de la Constitución*. Versão espanhola de Francisco Ayala. Madrid: Alianza, 2006.
- SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 7. ed. 2. tiragem. São Paulo: Malheiros, 2008.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultura, 1996. v. 2.
- SOUZA JÚNIOR, Cezar Saldanha. *Consenso e tipos de Estado no ocidente*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.